

SERRARIA-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA - PARAÍBA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 01/2025



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



Prefeitura de Serraria - PB

Agente de Combate às Endemias

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Ortografia oficial	6
Acentuação gráfica	10
Emprego das classes de palavras	12
Emprego do sinal indicativo de crase	24
Sintaxe da oração e do período	26
Mecanismos de coesão textual	34
Questões	36
Gabarito	47

INFORMÁTICA

Conceitos básicos de Informática com ênfase em funcionalidades, atalhos e boas práticas	1
Sistemas Operacionais (Windows/Linux). Atalhos e Formatação no Windows	3
Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint)	30
Internet e Navegadores	74
Segurança da Informação	81
Backup	90
Hardware e Software	92
Redes	99
Correio Eletrônico	105
Questões	111
Gabarito	120

SUMÁRIO

SUMÁRIO



ÉTICA

Ética na Administração Pública; Principais Deveres do Servidor Público; Vedações ao Servidor Público; Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994)	1
Questões	10
Gabarito	17

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Ações de controle de endemias; Doenças endêmicas e epidêmicas	1
Atuação do Agente de Combate às Endemias; Educação em saúde e mobilização social; Ética e legislação aplicada ao ACE; Lei nº 11. 350/2006 (ACE e ACS)	7
Avaliação de riscos ambientais; Saúde ambiental	26
Biologia e ciclo de vida de vetores; Manejo integrado de vetores; Controle biológico de vetores; Controle mecânico e ambiental; Controle químico de vetores; Medidas de prevenção e controle	28
Biossegurança no trabalho em saúde; Segurança e uso de equipamentos de proteção individual (EPI)	38
Diagnóstico situacional em saúde	44
Endemias urbanas e rurais	46
Epidemiologia básica	48
Georreferenciamento e mapeamento de áreas	50
Indicadores epidemiológicos	55
Sistema Único de Saúde (SUS); Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS)	66
Noções de saneamento básico	97
Notificação compulsória de doenças	99
Planejamento e organização das ações de campo	103
Políticas públicas de saúde	105
Primeiros socorros básicos	112
Promoção da saúde	136
Registro e sistemas de informação em saúde	141
Técnicas de inspeção domiciliar	146
Trabalho em equipe multiprofissional	147
Vigilância ambiental em saúde; Vigilância epidemiológica	149
Zoonoses	152
Questões	158
Gabarito	165

SUMÁRIO

SUMÁRIO



SAÚDE PÚBLICA

Sistema Único de Saúde (SUS); Princípios e diretrizes do SUS	1
Políticas públicas de saúde	1
Financiamento do sistema de saúde.....	1
Planejamento e gestão em saúde pública.....	10
Vigilância em saúde; Vigilância epidemiológica	14
Vigilância sanitária.....	17
Promoção e prevenção em saúde.....	23
Atenção básica e Estratégia Saúde da Família.....	26
Direitos e deveres do usuário do SUS	33
Legislação sanitária.....	41
Controle social e participação popular na saúde	43
Responsabilidades dos entes federativos na saúde	51
Bioética e saúde pública.....	57
Questões	63
Gabarito.....	70

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



A informática é um campo fundamental atualmente, influenciando desde a comunicação até a automação de processos empresariais. Dominar os conceitos básicos e saber utilizar corretamente as ferramentas disponíveis tornou-se essencial em diversas áreas profissionais.

Conceitos Básicos

A informática refere-se ao conjunto de conhecimentos e técnicas voltados ao processamento de informações por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, smartphones e tablets. Para compreender o funcionamento dessas tecnologias, é importante conhecer alguns conceitos fundamentais:

- **Hardware:** Componentes físicos de um sistema computacional, como processadores, memória RAM, discos rígidos (HDs ou SSDs), monitores, teclados e mouses.
- **Software:** Programas e sistemas operacionais que controlam o funcionamento dos dispositivos eletrônicos, permitindo a execução de tarefas diversas.
- **Sistema Operacional (SO):** Software que gerencia os recursos do computador, facilitando a interação entre o usuário e o hardware. Exemplos incluem Windows, macOS, Linux e Android.
- **Arquitetura de Computadores:** Estrutura e organização dos componentes do sistema computacional, incluindo a CPU, memórias e dispositivos de entrada e saída.

Utilização das Tecnologias e Ferramentas

O uso eficiente das tecnologias de informática envolve o domínio de ferramentas e aplicativos que otimizam a produtividade e a comunicação. A seguir, destacamos algumas das principais áreas e suas aplicações:

Sistemas Operacionais

Os sistemas operacionais fornecem a base para a utilização do computador e outros dispositivos. Entre suas principais funções, destacam-se:

- Gerenciamento de arquivos e pastas (explorador de arquivos);
- Gerenciamento de processos e aplicativos em execução;
- Configuração de dispositivos e redes.

Aplicativos de Escritório

Os pacotes de produtividade, como o Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint) e o Google Workspace (Docs, Sheets, Slides), são amplamente utilizados para criação de documentos, planilhas e apresentações.

- **Processadores de Texto:** Softwares como Microsoft Word e Google Docs permitem a edição e formatação de textos, além da inclusão de imagens, tabelas e gráficos.
- **Planilhas Eletrônicas:** Ferramentas como Excel e Google Sheets possibilitam cálculos, organização de dados e criação de gráficos interativos.
- **Apresentações:** Softwares como PowerPoint e Google Slides são utilizados para elaborar apresentações visuais com animações, imagens e textos.



A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94³, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992⁴, é dividida em três seções:

I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos⁵.

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021⁶, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército, 2018.*

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.*

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

4 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

5 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

6 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.



A saúde pública é um campo essencial para o bem-estar das populações, focando na prevenção e controle de doenças e na promoção da saúde coletiva. Entre os conceitos fundamentais nesse campo estão os surtos, endemias, epidemias e a imunização. Estes termos representam diferentes aspectos da dinâmica das doenças dentro de uma comunidade e as estratégias utilizadas para controlá-las e preveni-las.

Os surtos referem-se à ocorrência de casos de uma determinada doença em um espaço específico, enquanto as endemias são caracterizadas pela presença constante de uma doença em uma população ou área geográfica. Por outro lado, as epidemias indicam um aumento súbito e significativo no número de casos de uma doença acima do esperado para aquela população. A imunização, por sua vez, é uma ferramenta crucial na prevenção de doenças, utilizando vacinas para proteger os indivíduos e, conseqüentemente, a comunidade.

Neste contexto, é fundamental que os agentes de endemias compreendam a diferença entre esses conceitos e suas implicações práticas para a saúde pública. Conhecer as características de cada um e as estratégias de controle e prevenção é essencial para a eficácia das ações de saúde.

► Surtos: Definição e Exemplos

Definição de Surtos

Na área da saúde pública, o termo “surto” refere-se a um agrupamento de casos de uma doença ou condição de saúde que ocorre em um espaço geográfico ou temporal específico, mais frequentemente do que seria esperado por acaso. Esse agrupamento pode indicar uma fonte comum de infecção ou um fator de risco compartilhado entre os indivíduos afetados. Identificar surtos é crucial para a implementação de medidas de controle e prevenção de surtos.

Tipos de Surtos

- **Surtos Espaciais:** Ocorrem quando há um aumento significativo de casos em uma localização geográfica específica. Isso pode indicar uma fonte local de contaminação, como um reservatório de água contaminada ou um vetor transmissor de doenças.
- **Surtos Temporais:** Caracterizam-se por um aumento no número de casos em um determinado período. Exemplos incluem surtos de gripe durante o inverno ou aumentos de casos de dengue durante a estação das chuvas.
- **Surtos Espaço-Temporais:** Envolvem a combinação de elementos espaciais e temporais, como um surto de gastroenterite em um bairro específico durante um curto intervalo de tempo.

Exemplos de Surtos

Surto de Doença Transmitida por Alimentos: Um exemplo clássico de surto espacial é um surto de intoxicação alimentar entre frequentadores de um restaurante específico. A investigação epidemiológica pode rastrear a fonte da contaminação, como alimentos mal armazenados ou manipulados de forma inadequada.

Casos de Tuberculose em uma Comunidade: A detecção de um surto de casos de tuberculose em uma área urbana pode indicar a presença de um indivíduo infectado que está espalhando a bactéria para contatos próximos. Medidas de controle podem incluir rastreamento de contatos, tratamento dos infectados e campanhas de educação sobre a doença.

Aumento de Casos de Dengue em uma Cidade: Durante a estação das chuvas, pode ocorrer um surto temporal de casos de dengue devido à proliferação de mosquitos *Aedes aegypti*, que são os vetores da doença. Medidas preventivas, como eliminação de criadouros e campanhas de conscientização, são essenciais para controlar esses surtos.



Saúde Pública

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.
Bons estudos!*



Políticas públicas de saúde

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.
Bons estudos!*



Financiamento do sistema de saúde

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO FINANCIAMENTO DO SUS

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na estruturação do sistema de saúde brasileiro, estabelecendo os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Dentro desse cenário, o financiamento da saúde pública passou a ser orientado por princípios constitucionais claros, que garantem os recursos necessários para a execução das ações e serviços de saúde, assegurando o atendimento universal, integral e equitativo à população.

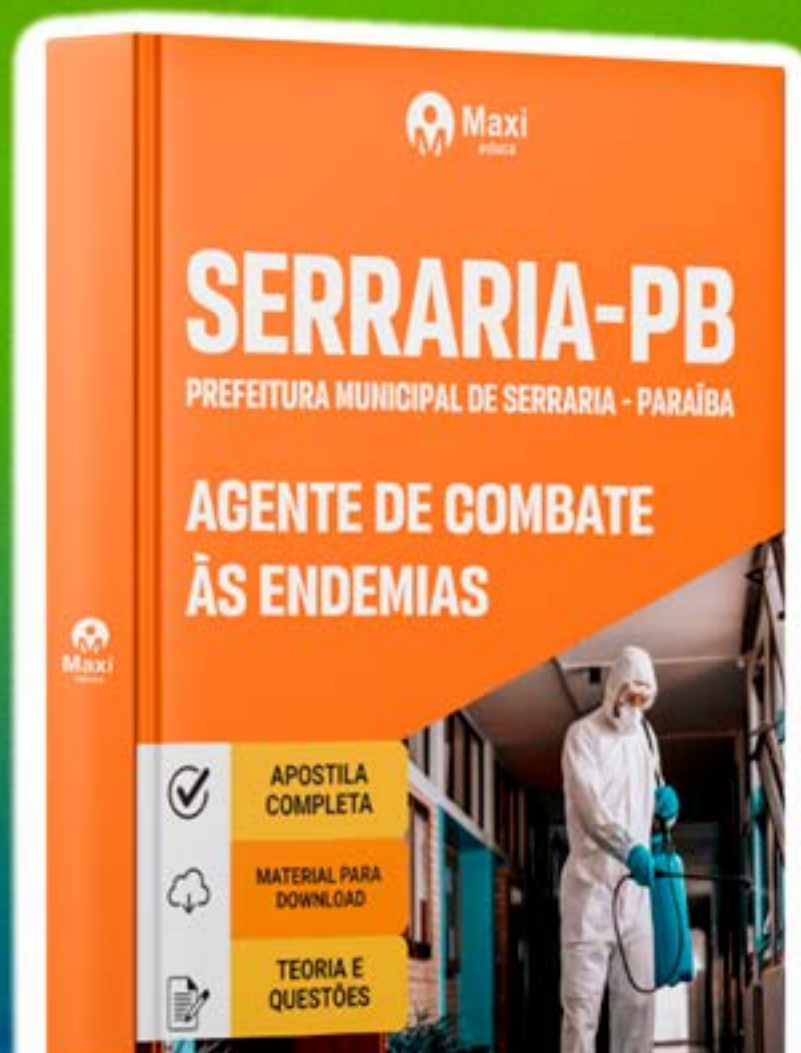
► O SUS como dever do Estado e direito do cidadão

A Constituição, em seu artigo 196, define que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Isso implica que o poder público tem a obrigação de planejar, financiar e executar ações que promovam, protejam e recuperem a saúde da população. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que existam mecanismos de financiamento sustentáveis e vinculados a recursos públicos.

A previsão constitucional criou o dever jurídico do Estado de manter um sistema público de saúde funcionando com qualidade e de forma universal. E isso só é possível com a existência de recursos financeiros adequados, o que gerou a necessidade de um modelo específico de financiamento.

► O pacto federativo e a repartição das responsabilidades financeiras

O modelo de financiamento do SUS é descentralizado e solidário, respeitando o pacto federativo estabelecido pela Constituição. Isso significa que a responsabilidade pelo financiamento do sistema é compartilhada entre os três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Cada esfera tem obrigações específicas quanto à aplicação de recursos públicos em saúde.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!